



Congresso derruba 18 vetos da Lei de Abuso de Autoridade

Parlamentares derrubaram também o veto a uma mudança que a lei promove no Estatuto da Advocacia e restabeleceram oito pontos vetados na lei sobre queijos artesanais

O Congresso Nacional rejeitou ontem 18 dos vetos do presidente Jair Bolsonaro à Lei de Abuso de Autoridade. Com isso, 15 condutas voltam a ser tipificadas como crime e podem ser punidas com perda do cargo público e prisão.

Também foram restabelecidos 8 pontos que haviam sido vetados na lei que regulamenta a elaboração e comercialização de queijos artesanais no país.

O Congresso continua a analisar hoje o restante dos vetos presidenciais. A intenção é destrancar a pauta para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias possa ser votada. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirma que a apreciação de vetos é uma necessidade, pois o Congresso precisa se concentrar em votar o projeto da LDO

Indicado para a PGR, Augusto Aras será sabatinado hoje **3**

CPI das Fake News vota convocação de Google, Facebook e Twitter **7**

Guedes debate em colegiado Orçamento e Plano Plurianual **4**

Comissão analisará monitoramento de queimadas **2**



Marcos Bomadiaz/Senado Federal

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e do STF, Dias Toffoli, entre líderes partidários na reunião de ontem

Senado questiona no Supremo ação da PF na Casa

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e líderes partidários foram ontem ao STF pedir a suspensão da decisão que permitiu uma operação de busca e apre-

ensão da Polícia Federal no gabinete do líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho. Na petição entregue ao presidente do tribunal, ministro Dias Toffoli, os

advogados do Senado pedem, além da suspensão da liminar, o sobrestamento da análise de todos os objetos e documentos recolhidos e sua devolução ao Senado. **4**

Ex-diretor do Inpe alerta sobre desmatamento e grilagem na Amazônia

Demitido pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Galvão falou ontem aos senadores da Comissão de Meio Ambiente sobre a situação na Amazônia. Ele afirmou que o principal problema são os desmates de grileiros visando à venda de terras. Ele explicou ainda os motivos da sua saída. **5**

Votação da reforma da Previdência fica para a próxima terça-feira

A análise das emendas apresentadas à reforma da Previdência, inicialmente marcada para ontem, foi adiada para a próxima terça-feira. A decisão foi comunicada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, após acordo com líderes. A votação da PEC em Plenário também está prevista para terça. **4**

Combate à lavagem é foco da UIF, afirma Banco Central

O combate à lavagem de dinheiro será prioridade da Unidade de Inteligência Financeira, que substituiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

A garantia é do Banco Central em debate sobre a transferência para o BC da responsabilidade sobre o órgão, antes do Ministério da Economia. **8**

Inaugurada sala com o nome do senador Luiz Henrique da Silveira

O espaço conhecido como cafezinho, frequentado por senadores, assessores e jornalistas, ganhou ontem o nome

de Sala Senador Luiz Henrique da Silveira, em homenagem ao político catarinense, que morreu em 2015. **2**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Rose de Freitas destaca biografia de Luiz Henrique em cerimônia de homenagem



Antonio Anastasia (C) e Sérgio Petecão (D) recebem os parlamentares no Salão Nobre, espaço histórico da Casa

Britânicos visitam Senado para debater Amazônia

Cinco parlamentares do Reino Unido conversaram com os senadores Antonio Anastasia e Sérgio Petecão sobre queimadas e desmatamento, educação, economia e a crise na Venezuela

O CHEFE DA delegação britânica que visitou ontem o Senado, Mark Menzies, do Partido Conservador, disse que o Parlamento do país reconhece o esforço do Brasil para garantir um crescimento mais limpo. Ele afirmou ainda estar preocupado com a situação na Venezuela e quis saber o que está sendo feito pelo governo brasileiro para ajudar a população daquele país. Cinco parlamentares participaram da visita. Eles foram recebidos pelos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Sérgio Petecão (PSD-AC), no Salão Nobre.

Lord Howarth of Newport, título do trabalhista Alan Howarth, disse que o Brasil tem o desafio de preservar a Floresta Amazônica, “o que é um privilégio e uma responsabilidade”. Afinal, ressaltou, é preciso garantir que as pessoas da região se desenvolvam economicamente e, ao mesmo tempo, preservem o meio ambiente.

Martin Vickers, do Partido Conservador, falou do interesse do Reino Unido em desenvolver projetos com o Brasil em áreas como energias renováveis.

Economia e educação foram os temas abordados pela Baronesa Coussins, título da independente Jean Elizabeth Coussins. Ela relatou sua preocupação quanto ao comércio entre os dois países após a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit.

— Estaremos prontos para conversar — disse.

Equilíbrio

Anastasia afirmou que o governo brasileiro tem buscado um ponto de equilíbrio entre proteger um patrimônio da humanidade, referindo-se à floresta, e, ao mesmo tempo, garantir qualidade de vida aos 20 milhões de brasileiros da região.

— Jamais poderemos recusar ajuda internacional, tanto de recursos como de

tecnologia. Nós temos uma preocupação grande com os brasileiros que vivem lá. E temos feito um esforço em conjunto com a comunidade internacional, mas respeitando nossa soberania.

Petecão propôs aos parlamentares britânicos que os países discutam diretamente com os governadores e prefeitos da região e os projetos de ajuda, para que o dinheiro chegue à população local.

— A preocupação de vocês é importante e precisamos de apoio. Mas seria muito bom que vocês conhecessem mais a realidade da região.

Sobre a Venezuela, Anastasia disse que o Brasil respeita a autodeterminação dos povos, o que afasta a possibilidade de uma intervenção militar. A solução deve ser diplomática, afirmou, o que está sendo debatido com o Grupo de Lima, fórum de chanceleres de países do continente americano para discutir a crise venezuelana.

Comissão discute combate a queimadas e desmatamento

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promove uma audiência hoje com o tema “Monitoramento dos desmatamentos e queimadas: mecanismos atuais e possibilidades de aperfeiçoamento”.

Foram convidados representantes do Ibama, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema) e do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomias).

Depois da audiência, o colegiado faz uma reunião de trabalho.

Monitoramento

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas é presidida pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA) e tem como vice-presidente o deputado federal Sergio Souza (MDB-PR). O relator é o deputado Edilázio Júnior (PSD-MA).

Composta por 12 senadores e 12 deputados, com igual número de suplentes, a comissão foi criada em 2008 para acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Para Humberto, fala de Bolsonaro na ONU isola Brasil

Humberto Costa (PT-PE) disse em Plenário que a fala do presidente Jair Bolsonaro durante a abertura da Assembleia Geral da ONU quebrou a postura sempre equilibrada, altiva e conciliadora construída pelo o Brasil, levando o país a mais isolamento internacional.

— Estamos atrelados ideologicamente a uma ultradireita de contornos nazistas, que despreza a racionalidade, a ciência, a pesquisa e os direitos humanos mais elementares, que despreza uma visão global de preservação de recursos naturais e um modelo de desenvolvimento sustentável.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado inaugura Sala Senador Luiz Henrique da Silveira

O espaço conhecido como cafezinho dos senadores ganhou ontem o nome oficial de Sala Senador Luiz Henrique da Silveira, em homenagem ao político catarinense. Localizado no espaço anexo ao Plenário, a sala costuma ser frequentada por parlamentares para conversas informais e para receber convidados, assessores e jornalistas. Participaram da solenidade a viúva do homenageado, Ivete Appel da Silveira, familiares, amigos e convidados.

Primeiro vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia (PSDB-MG) lembrou o primeiro contato que teve com Luiz Henrique.

— Quando eu era vice-governador de Minas Gerais fiz uma visita oficial a Florianópolis e ele, como governador de Santa Catarina, na época, me convidou a almoçar em sua residência. Como admirador de história e cultura, fiquei encantado com a sabedoria, a trajetória e a vivência nacional e internacional do então governador — afirmou.

Autor do projeto de resolução que previa a homenagem (PRS 50/2018), o secretário especial para o Senado da Casa Civil da Presidência da República, Paulo Bauer, ressaltou o respeito que Luiz Henrique tinha por todos, inclusive por seus adversários.

— Nada melhor do que ter Luiz Henrique da Silveira

como padrinho do local do Senado onde os adversários conversam, convergem e buscam consenso. Ele era muito criativo, fazia a política ser mais leve, mais gentil, mais humana e mais fraterna.

Para Dário Berger (MDB-SC), a cerimônia representa não apenas a eternização do nome de uma das figuras mais marcantes da política nacional, mas também uma oportunidade de lembrar a personalidade cativante e a trajetória vitoriosa do homenageado.

Segundo Jorginho Mello (PL-SC), Luiz Henrique sabia fazer política somando, além de ser conciliador, estrategista e pacificador. Rose de Freitas (Podemos-ES) afirmou que Luiz Henrique era um exemplo da boa política e de ser humano. Ela destacou que Ivete Appel integra o quadro de parlamentares da Casa, como suplente do senador Jorginho Mello.

Para Esperidião Amin (PP-SC), a vida é feita de encontros e desencontros, mas o que deve prevalecer são os encontros e, no caso, uma justa homenagem a quem dedicou a vida à causa pública que abraçou.

— Nessa luta, honrou seus mandatos e nosso estado.

O evento contou com a presença de Jayme Campos (DEM-MT) e da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDR Regularização fundiária**
9h Audiência para debater programa do governo de regularização fundiária.
- CJ World Toilet Summit**
9h Audiência sobre a 1ª edição do World Toilet Summit na América Latina.
- CÓDIGO COMERCIAL Instalação**
9h Instalação da comissão.
- CAS Planos de saúde**
9h30 Entre 19 itens, o PL 2.178/2019, que regula o reajuste dos planos de saúde.
- CCJ Procurador-geral da República**
10h Sabatina de Augusto Aras.
- CCT Nordeste e Amazônia**
10h Audiência para apresentação dos Projetos Nordeste Conectado e Amazônia Integrada e Sustentável. Depois, 9 itens.
- CRA Comércio internacional**
11h Audiência sobre políticas públicas para o comércio internacional agropecuário.
- CRE Chipre e Croácia**
11h Sabatina de embaixadores para Chipre e Croácia. Depois, entre 9 itens, acordos e leituras de indicações.

- FAKE NEWS Plano de trabalho**
13h Entre 86 itens, plano de trabalho.
- MP 890/2019 Médicos pelo Brasil**
13h30 Análise do relatório.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A PEC 19/2014, que inclui a acessibilidade entre os direitos, está na pauta.
- CMO Ministro da Economia**
14h30 Debate com Paulo Guedes.
- CMMC Desmatamentos e queimadas**
14h30 Audiência para debater monitoramento dos desmatamentos e queimadas.
- MP 891/2019 13º de aposentados**
14h30 Audiência pública.
- MP 893/2019 Coaf no Banco Central**
14h30 Audiência pública.
- MP 894/2019 Criança com microcefalia**
14h30 Instalação e eleição.
- GASTOS PÚBLICOS Governança**
14h30 Apresentação do plano de trabalho. Depois, audiência sobre qualidade do gasto público e práticas de governança.
- CONGRESSO Vetos e LDO**
18h Sessão para analisar vetos destacados e a LDO 2020, entre outros itens.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Davi Alcolumbre afirmou que a apreciação de vetos fortalece a democracia e é uma necessidade do país, já que o Congresso precisa se concentrar em votar o projeto da LDO

Congresso restabelece 15 crimes de abuso

O CONGRESSO DERRUBOU ontem 18 vetos sobre 15 condutas tipificadas como crime pela nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869, de 2019). Com isso, esses crimes voltam ao texto da lei e podem ser punidos com perda do cargo público e prisão. Os parlamentares restauraram também uma mudança que a lei promove no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906, de 1994).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, negou que os vetos tenham sido derrubados em retaliação à operação da Polícia Federal no gabinete da Liderança do governo no Senado, como parte da Operação Desintegração, que apura desvios em obras públicas.

De acordo com Davi, a apreciação de vetos contribui para o fortalecimento da democracia e é uma necessidade do país, já que o Congresso precisa se concentrar em votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

— O que eu quero é liberar a

Vetos mantidos	
CRIMES	JUSTIFICATIVAS
■ Executar prisão ou busca e apreensão sem flagrante ou mandado	» Um flagrante pode se alongar no tempo, dependendo do caso
■ Fotografar ou filmar preso sem consentimento (exceção: produção de provas, documentação de condições carcerárias)	» Não é possível o controle absoluto da captação de imagens por parte de particulares ou da imprensa
■ Usar algemas sem necessidade (a pena é dobrada se o(a) detido(a) for menor ou grávida ou se o ato acontecer dentro de unidade prisional)	» Já existe súmula vinculante do STF regulamentando o tema (Súmula 11)
■ Executar mandado de busca e apreensão com mobilização desproporcional de aparelho de segurança	» O planejamento e a logística das operações competem às forças de segurança
■ Instigar prática de crime para obter um flagrante (exceções: flagrante esperado ou prorrogado). A pena é maior se o ato resulta em captura	» Texto muito subjetivo e interpretativo, pode prejudicar a atividade investigativa
■ Omitir dados ou informações sobre fato judicialmente relevante e não sigiloso pertinente a uma investigação, para prejudicar o investigado	» Pode conflitar com a Lei de Acesso à Informação, permitindo/exigindo a divulgação de informações que ela protege
■ Deixar de corrigir erro conhecido em processo	» Conduta análoga à prevaricação, que é um crime já tipificado
■ Proibir ou dificultar a reunião pacífica de pessoas para fins legítimos	» Direito já garantido pela Constituição

pauta, votar as matérias que estão pautadas há muito tempo, mas infelizmente hoje foi mais um dia que não conseguimos votar tudo — lamentou.

A Lei de Abuso de Autoridade ressalta que só ficará caracterizado o abuso quando o ato tiver, comprovadamente, a intenção de beneficiar a si

próprio ou prejudicar outro. A mera divergência interpretativa de fatos e normas legais (hermenêutica) não configura, por si só, conduta criminosa.

Quanto ao Estatuto da Advocacia, o texto ganha artigo estipulando pena de três meses a um ano de prisão para a violação das seguintes prerrogativas:

inviolabilidade do local de trabalho, inviolabilidade de comunicações relativas à profissão, comunicação pessoal e reservada com clientes, presença de representante da OAB em caso de prisão em flagrante por motivo ligado à profissão e prisão em sala de Estado-Maior ou em domicílio antes de sentença transitada em julgado.

Também foram restabelecidos pelo Congresso oito pontos que haviam sido vetados na lei que regulamenta a elaboração e comercialização de queijos artesanais no país (Lei 13.860, de 2019). A lei, decorrente do PLC 122/2018, havia sido sancionada em 18 de julho com 20 itens vetados. De acordo com a líder do governo, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) o governo fechou um acordo com a Frente Parlamentar da Agropecuária para que parte dos vetos fosse derrubada.

Vetos derrubados

CRIMES
■ Não se identificar como policial durante uma captura
■ Não se identificar como policial durante um interrogatório
■ Impedir encontro do preso com seu advogado
■ Impedir que preso/réu/ investigado sente-se e consulte seu advogado antes e durante audiência
■ Negar ao investigado acesso a documentos relativos a etapas vencidas da investigação
■ Atribuir culpa publicamente antes de formalizar uma acusação
■ Decretar prisão fora das hipóteses legais
■ Não relaxar prisão ilegal
■ Não substituir prisão preventiva por outra medida cautelar , quando couber
■ Não conceder liberdade provisória , quando couber
■ Não deferir habeas corpus cabível
■ Constranger o preso a produzir prova contra si ou contra outros
■ Insistir no interrogatório de quem optou por se manter calado
■ Insistir no interrogatório de quem exigiu a presença de advogado enquanto não houver advogado presente
■ Iniciar investigação contra pessoa sabidamente inocente



Parlamentares decidiram ontem manter 8 e derrubar 18 vetos de Bolsonaro à Lei de Abuso de Autoridade

Análise de vetos continua após indicação de Augusto Aras

Foi marcada para hoje, às 18h, a continuação da sessão do Congresso destinada a analisar vetos. Antes, o Senado vai votar a indicação de Augusto Aras para procurador-geral da República. Às 10h, ele será sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— A indicação será votada no Plenário quando terminar a sabatina na CCJ. Vou antecipar a votação para as 14h30, porque pela nossa conta, quatro ou cinco horas de sabatina sempre foram suficientes — explicou Davi Alcolumbre.

Congresso Nacional confirma integralmente quatro vetos

O Congresso decidiu também ontem manter, integralmente, quatro vetos do presidente Jair Bolsonaro. Entre eles estão os vetos que atingiram a MP da Liberdade Econômica (MP 881/2019).

No total foram cinco itens vetados na Lei 13.874, de 2019, resultante da medida provisória, que simplifica processos para empresas e empreendedores e flexibiliza regras trabalhistas.

O primeiro item é o dispositivo que permitiria a aprovação automática de licenças ambientais. Também o trecho que flexibilizaria testes de novos produtos ou serviços segue vetado.

Os dispositivos que protegeriam o empreendedor de medidas abusivas do poder público no que diz respeito a estudos de impacto ou outras liberações de atividade econômica no direito urbanístico; e

que revogariam a dissolução de empresa por falta de pluralidade de sócios também não farão parte da lei.

Por fim, o veto à entrada em vigor de alguns dos dispositivos da nova lei em 90 dias permanece, e, com isso, a Lei da Liberdade Econômica já entrou em vigor.

Mediação

Deputados e senadores também votaram por manter o veto aplicado à Lei 13.867, de 2019, que autoriza o uso de mediação ou arbitragem para definir os valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública.

Assim, não entra em vigor o artigo que determinava que o acordo para a desapropriação deveria ser efetivado em até cinco anos após a edição do decreto de utilidade pública.

Também os dispositivos que obrigariam o poder público a

adiantar os honorários do mediador ou árbitro e obrigação de que a notificação ao proprietário do imóvel informasse sobre a possibilidade de uso da mediação ou arbitragem. continuarão fora da lei.

Recursos

O Congresso manteve ainda o veto que cancelou um inciso da Lei 13.876, de 2019. Essa lei autoriza o governo a antecipar o pagamento dos honorários dos peritos em ações de segurados carentes contra o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para pedir concessão ou revisão de benefícios.

O inciso vetado excluiria das competências do Conselho de Recursos da Previdência Social o julgamento das contestações de empresas ao cálculo do Fator Acidentário de Prevenção. O cálculo desse fator serve para bonificar as empresas

que registram baixos índices de acidente de trabalho.

Os parlamentares também mantiveram o veto que cancelou trechos do projeto de lei de conversão (PLV) 11/2019, oriundo da MP 871/2019, que busca coibir fraudes nos benefícios do INSS.

Benefícios

O trecho que permitia o acesso do INSS aos dados da Receita Federal, que reúne informações sobre empresas e segurados, e o que dispensaria a comprovação da dependência econômica de filho de servidor público para concessão da pensão continuam vetados.

Também o dispositivo que proibiria as instituições financeiras com acordo ou convênio com o INSS de direcionar publicidade e oferta de empréstimo pessoal ou cartão de crédito aos beneficiários do INSS segue fora da lei.

Senado entra com recurso no STF contra operação da Polícia Federal

Davi Alcolumbre e líderes foram ontem ao Supremo pedir a suspensão da ordem que permitiu busca e apreensão contra líder do governo

ACOMPANHADO DE LÍDERES partidários, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, apresentou ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, um recurso pedindo a suspensão da decisão que permitiu uma operação de busca e apreensão no Congresso Nacional contra o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Na quinta-feira passada, Bezerra foi alvo de operação da Polícia Federal que apura desvios em obras públicas do Ministério da Integração Nacional, pasta comandada pelo parlamentar entre 2011 e 2013. A ação foi autorizada pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso por meio de uma liminar (decisão provisória). Para Davi e os senadores que se reuniram com Dias Toffoli, a ação não respeitou o princípio da independência entre os Poderes.

— O Poder Legislativo está se manifestando em relação ao que os advogados interpretaram como uma arbitrariedade por uma decisão monocrática — disse Davi.

Na avaliação do presidente

do Senado, a ação da PF atinge não apenas a relação de harmonia com o Congresso, mas também com o Executivo.

— Foi um ato contra o Poder Legislativo e contra o Poder Executivo. O gabinete da Liderança é como uma embaixada do Poder Executivo dentro do Senado Federal.

Davi lembrou que a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, manifestou-se contra a operação no Senado.

Sobrestamento

Além da suspensão da liminar, o Senado, na petição assinada por advogados da Casa, requer o “sobrestamento da análise de todos os objetos e documentos acautelados e sua imediata devolução na íntegra ao Senado Federal, para se viabilizar a continuidade regular das atividades parlamentares e se restabelecer a harmonia e separação dos Poderes e da imagem do Congresso Nacional”.

Também é solicitado o julgamento do pedido pelo Plenário do STF na próxima sessão, caso não seja deferido por Dias Toffoli.



Bezerra discursa em sessão do Congresso, no Plenário da Câmara

Bezerra diz que busca da PF em seu gabinete foi ataque ao governo

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou ontem que a operação da Polícia Federal contra ele na semana passada foi uma tentativa de atingir o governo. Para Bezerra, a ação foi um ataque ao Congresso e uma ação arbitrária.

A investigação da PF apura desvios em obras públicas do Ministério da Integração Nacional entre 2011 e 2013, quando o senador comandou a pasta. A ação foi autorizada pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso,

por meio de uma liminar.

Durante a sessão do Congresso Nacional, Bezerra apontou incongruências na condução da operação que, no seu ponto de vista, caracterizam motivação política. Ele chegou a colocar o cargo de líder à disposição do governo.

— Se os fatos citados remontam a antes de 2014, por qual motivo incluir o gabinete da Liderança entre os locais da busca e apreensão, se não para impor ao governo do presidente Bolsonaro um constrangimento?

Paulo Guedes debate Plano Plurianual na Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiência hoje, às 14h30, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre as propostas do governo Jair Bolsonaro para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 e para o Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023.

Os textos foram entregues pelo Poder Executivo no final de agosto, como previsto na Constituição.

A proposta da LOA (PLN 22/2019) indica que o salário mínimo terá correção apenas pela inflação, sem aumento real, passando de R\$ 998 para

R\$ 1.039. A variação do produto interno bruto (PIB) foi estimada em 2,17% em 2020. Desde 2014, as contas públicas estão no vermelho.

O relator do projeto da LOA, deputado Domingos Neto (PSD-CE), disse que os investimentos no próximo ano, de R\$

19 bilhões, estão muito aquém do necessário. Em relação a este ano, a redução será de 15%. No caso do projeto do PPA (PLN 21/2019), o relator, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), já apresentou parecer preliminar, com emendas.

Votação de emendas da reforma da Previdência fica para terça-feira

Por determinação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e em acordo com os líderes partidários, foi adiada para terça-feira a análise das emendas apresentadas à reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), inicialmente agendada para ontem.

— Na próxima terça, pela manhã, vai ser votado na CCJ e à tarde e à noite será votado em primeiro turno no Plenário. Não há adiamento na reforma da Previdência — afirmou Davi.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), não concordou com o adiamento, mas disse que, apesar da pausa, o calendário de votação da PEC no Senado segue mantido. Deve haver quebra de interstício em Plenário, após

a votação em primeiro turno, para garantir a aprovação da proposta em segundo turno até o dia 10 de outubro.

— Houve um cancelamento diante dos episódios dos últimos dias, diante de uma concertação que os líderes acham necessário para efeito

até de contar voto, acharam por bem que pudéssemos cancelar — disse Simone após o adiamento.

De acordo com manifesto elaborado pelo grupo de parlamentares Muda Brasil, apresentado pelo senador Lasier Martins (Podemos-

RS) na semana passada, há insinuações de que o governo estaria liberando recursos de emendas parlamentares em troca do voto favorável à reforma da Previdência (PEC 6/2019). Questionada se esse adiamento não “pegaria mal” para a Casa, Simone foi enfática.

— Não sou líder, fui voz vencida, eu e o vice [da CCJ, senador Jorginho Mello (PL-SC)] achávamos que tínhamos sim prazo dentro do calendário, conseguiríamos votar a reforma da Previdência até as três da tarde pra não prejudicar o Congresso, mas houve uma determinação do presidente da Casa junto com os líderes e nós temos que acatar. O que está por trás disso? Acho que é um conjunto de situações — afirmou.

Davi critica diferença entre o acordado com os líderes e o resultado em Plenário

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que pretende estabelecer outro critério para definir a pauta do Plenário. O motivo, segundo ele, é a diferença entre o que os líderes falam na reunião, realizada na Presidência do Senado, e o que fazem nas votações no Plenário.

— Fiz uma avaliação de todos os episódios que nós sofremos no primeiro semestre em relação a essa postura de algumas lideranças na reunião do colégio de líderes e outra postura no Plenário. Eu vou estabelecer outro critério de formatação da pauta a partir da semana que vem.

Plínio defende instalação de CPI dos Tribunais Superiores

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem em Plenário a instalação da CPI dos Tribunais Superiores, para apurar eventuais irregularidades no Judiciário. Ele convocou a população para participar de manifestação marcada para hoje, na Praça dos Três Poderes, a favor da comissão.

— Os ministros estão assim, decidem uma questão do aborto no simples gesto monocrático. [...] É preciso frear, é preciso mostrar. A CPI da Lava Toga vem para isso. Não há que se temer CPI. Os bons não têm o que temer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Juíza Selma critica adiamento da votação da reforma

Juíza Selma (Podemos-MT) lamentou a decisão de Davi Alcolumbre que, numa inversão de pauta, cancelou a sessão que votaria a reforma da Previdência (PEC 6/2019) e convocou sessão do Congresso para analisar vetos à Lei de Abuso de Autoridade.

— Estamos diante de um impasse, na medida em que se dá mais importância a uma lei que pretende coibir a atividade de juízes, promotores, delegados, policiais, desequilibrando a hegemonia que o Estado deve ter sobre o cidadão nessa questão da segurança.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim crê em acordo quanto às mudanças na aposentadoria

Paulo Paim (PT-RS) comemorou em Plenário o adiamento da discussão sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que estava marcada para ontem.

O senador ressaltou que foram sugeridas 748 emendas à proposta, o que, na opinião dele, demonstra claramente “que o Senado não quer essa reforma nos moldes em que está”.

— Ainda há tempo. Podemos fazer um grande entendimento para que a gente faça emendas supressivas e emendas modificativas — analisou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ex-diretor do Inpe alerta para grilagem e invasão

Ricardo Galvão criticou o desmatamento e a mineração de nióbio na Amazônia e afirmou que, se de 25 a 40% do bioma forem extintos, aqui ou em outros países, a floresta se tornará uma savana

O EX-DIRETOR DO Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, defendeu o trabalho da instituição e alertou para o aumento do desmatamento criminoso na Amazônia, o maior causador das queimadas que, a seu ver, podem levar a uma situação irreversível na região.

Ouvindo ontem em audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), Galvão disse que é preciso impedir o desmatamento primeiro, antes de combater as queimadas. Isso porque o corte das árvores mais baixas da floresta começa no final da estação chuvosa, abrindo terreno para as queimadas da estação seca.

— O Inpe já alertou o governo há dois meses de que esse ano o pico de queimadas, que geralmente é em setembro, ocorreria antes. Eles tomam terras assim, tiram madeira para fazer o que nós chamamos de corte raso. Porque uma das principais razões [do desmatamento] é a grilagem [...] Eles entram, desmatam, vendem a madeira e vendem a terra para outro.

Chuva

Galvão ressaltou que a Floresta Amazônica é a responsável pelo regime de chuvas do Brasil, garantindo chuvas até à Argentina.

— A previsão de estudos de cientistas de grande nível, ambientalistas, é de que, se nós desmatarmos de 25% a 40% da Amazônia total, não só da brasileira, a tendência para que a área se torne uma savana é irreversível. A área reflorestada na Amazônia não passa de 15%, o resto é pastagem.

Sobre a mineração ilegal em terras indígenas, Galvão afirmou que, ainda no primeiro semestre, todos os dados



Ricardo Galvão e o senador Jaques Wagner, autor do pedido de audiência

foram fornecidos ao governo pelo Inpe por meio de imagens de satélite e diversos alertas.

— Em maio, não foi só o alerta como também as coordenadas dos locais, mas sem ação nenhuma [do governo].

Ele também criticou a invasão de terras indígenas para extração do nióbio.

— O Brasil produz cerca de 90% do nióbio mundial. Nós dominamos o mercado. Não produzimos mais porque a Rússia e a África do Sul também produzem. Para que produzir mais? — indagou.

Demissão

Galvão também destacou o trabalho realizado em laboratório para desenvolver e integrar os satélites brasileiros, com a colaboração de outros países.

— O ministro [Ricardo Salles, do Meio Ambiente] falou que nós somos contrários a correção dos nossos dados. Isso é outro absurdo. O Inpe compara os seus dados com a Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, a Nasa, a Agência Espacial Europeia e com os chineses também. O sistema Prodes, do Inpe, tem 95% de margem de acerto. É um dos maiores do mundo.

Segundo Galvão, ele contradisse o presidente Jair Bolsonaro, que chamou de

mentirosos os dados do Inpe sobre o desmatamento, para defender os cientistas e o instituto.

— No meio científico dizer que um cientista mentiu sobre os dados pode acabar com a vida dele.

Solidariedade

Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, o senador Jaques Wagner (PT-BA), que requereu a audiência pública, prestou solidariedade ao cientista em nome do colegiado e do Senado.

— Eu queria colocar a estrutura da comissão à sua disposição para fazer a briga grande em defesa da ciência e tecnologia. E o Inpe, sem dúvida nenhuma, é uma referência para nós.

Já o presidente da CMA, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), pediu desculpas ao cientista pela atitude de Bolsonaro e lamentou as políticas ambientais do governo, que, de acordo com ele, criminalizam as ONGs de defesa do meio ambiente.

— O governo tem um comportamento que me envergonha como cidadão.[...] A postura do governo federal através dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e de Minas e Energia, é um desastre — afirmou o senador.

Avança projeto que amplia fontes de verbas para Embrapa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem em turno suplementar um projeto que destina à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os recursos resultantes do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos serviços e dos direitos de uso da marca da empresa.

O PLS 39/2017 também vincula a aplicação desses royalties ao fomento da atividade de pesquisa e desenvolvimento e facilita a transferência de tecnologia e o pagamento à Embrapa. O texto passou por primeira votação no dia 17 e deve ir agora para a Câmara dos Deputados.

“O texto tem por objetivo ofertar à agricultura brasileira um mecanismo robusto de incremento da concorrência no mercado de insumos agropecuários no Brasil, e fomentar o desenvolvimento e a distribuição de tecnologias destinadas às pequenas culturas, que nem sempre são de interesse das grandes empresas atuantes no mercado”, explica o autor, senador Alvaro Dias (Podemos-PR).

As mudanças, segundo Alvaro, vão garantir uma nova possibilidade de arrecadação à Embrapa sem aumentar a estrutura administrativa já existente e sem a necessidade de criar uma nova empresa estatal para essa finalidade.

A relatora, senadora Kátia Abreu (PDT-TO), apresentou um substitutivo para adequar o texto à Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016) e ao Marco Regulatório da Inovação (Lei 10.109, de 2004), modificado em 2016.

Uma das mudanças foi a troca do termo “licenciamento” por “contrato de transferência de tecnologia”. De acordo com a senadora, licenciamento diz respeito somente à transferência de tecnologia, produto ou serviço protegidos, e a Embrapa também faz o fornecimento de tecnologia não protegida.

Licitação

Outra mudança é a supressão do artigo que estabelecia dispensa de licitação para os contratos de transferência de tecnologia. Kátia Abreu explicou que a Lei das Estatais trouxe inovações relativas ao regime licitatório.

O substitutivo também altera dispositivo no texto que previa a aplicação integral dos recursos no fomento da atividade de pesquisa e desenvolvimento realizada pela Embrapa. Com a nova redação, os recursos não precisarão mais ser aplicados exclusivamente em atividades da empresa, mas em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Para a senadora, a mudança possibilita a celebração de acordos, contratos ou convênios com fundações de apoio.



Kátia Abreu, relatora, e Alvaro Dias, autor do projeto aprovado na CAE

Financiamentos externos para Belo Horizonte e Criciúma (SC) vão a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem quatro operações de crédito externo para cidades de Minas Gerais e de Santa Catarina.

Um dos empréstimos (MSF 66/2019) será feito entre Belo Horizonte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56 milhões. Os recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade das Redes de

Atenção em Saúde da capital mineira.

O programa foi dividido em quatro partes: fortalecimento das redes de atenção primária e vigilância em saúde; ações de consolidação e integrações de serviços especializados, hospitalares e de emergência; melhoria da gestão, qualidade e eficiência das redes integradas; e administração e gestão do programa.

A contrapartida da Prefeitura de Belo Horizonte para o projeto corresponde à im-

plantação da parceria público-privada (PPP) no Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro.

Já a MSF 67/2019 libera a operação de crédito externo no valor de US\$ 82,5 milhões entre Belo Horizonte e a Corporação Andina de Fomento (CAF). O dinheiro será usado no financiamento parcial do Programa de Governo e do Orçamento Participativo da cidade. Os recursos vão permitir a execução de obras de mobilidade urbana, como

a criação de corredores de transporte coletivo e a conclusão de unidades de pronto atendimento (UPAs).

A CAE também aprovou autorização para financiamento entre Contagem (MG) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42 milhões (MSF 68/2019). Os recursos serão usados para financiar parte do Programa Sistema Integrado de Mobilidade da cidade.

As três mensagens de Minas Gerais foram relatadas por

Plínio Valério (PSDB-AM) e seguem para Plenário.

A quarta autorização, que também vai a Plenário, permite que Criciúma (SC) contrate empréstimo de US\$ 17,2 milhões (MSF 65/2019) com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Os recursos servirão para financiar parcialmente o Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana do município. O relator da autorização foi Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Gerente: Maged/Agência Senado



Senadora Zenaide Maia (3ª à dir) diz ser favorável ao programa porque ele beneficia a atenção básica de saúde

Debate aponta conquistas e problemas do Mais Médicos

Solicitada por Zenaide Maia, a audiência serviu para subsidiar a avaliação que a Comissão de Direitos Humanos fará sobre o Programa Médicos pelo Brasil

FALHAS DE GESTÃO, falta de financiamento e maior concentração de médicos nas capitais e regiões metropolitanas foram problemas apontados por participantes de audiência sobre o Programa Mais Médicos na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Entre as conquistas, estão o avanço no provimento de médicos nos municípios remotos, a construção de mais unidades básicas de saúde e a redução, nos municípios que aderiram ao programa, das internações por falta de atenção básica à saúde.

A audiência, solicitada e presidida pela senadora Zenaide Maia (Pros-RN), teve o propósito de subsidiar a avaliação que a CDH fará do Médicos pelo Brasil. O programa substituiu o Mais Médicos e foi a política pública escolhida pelos senadores da comissão para ser avaliada neste ano.

De acordo com Zenaide, o SUS está com baixo financiamento, especialmente devido à Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), que colocou limites aos gastos públicos. Ela afirmou ser favorável ao programa porque ele beneficia a atenção básica à saúde.

— Sempre fui a favor do Mais Médicos, porque era uma causa emergencial. O governo tinha o medicamento, mas não tinha quem prescrevesse. E sempre

tive uma ideia e a certeza (porque no meu estado do Rio Grande do Norte visitei muitos médicos de outros países) que o que faltava neles, por falta de condições na formação em tecnologia, sobrava em algo que jamais vai ser substituído na medicina: a história do paciente e o exame clínico — disse a senadora, que é médica.

O presidente da Associação Médica Brasileira, Lincoln Lopes Ferreira, disse que o Mais Médicos ataca as consequências, e não as causas da má distribuição de médicos no país. De acordo com ele, o SUS é um avanço, mas o financiamento é baixo e o Mais Médicos, além de ser provisório, alocou a maioria dos profissionais em capitais, não resolvendo o problema das péssimas condições de trabalho nos municípios do interior e das fronteiras.

Seleção

O diretor do Departamento de Saúde da Família do Ministério da Saúde, Otávio D'Ávila, disse que o processo seletivo do Mais Médicos foi frágil e sofreu várias liminares judiciais. Além disso, os médicos de fora não têm diploma reconhecido no Brasil, houve mais vagas para as capitais e menos vagas para o interior e há inconsistência no cadastro de médicos.

Entre os médicos do programa, mais de 10 mil são brasileiros e quase 5 mil são estrangeiros. De acordo com ele, o governo quer redistribuir melhor os médicos e vai destinar mais recursos à atenção básica de saúde.

— Um programa só não vai resolver os problemas de atenção primária do Brasil. Provimento é necessário. Não vai se resolver com o Mais Médicos ou Médicos pelo Brasil os problemas de atenção primária do país. Outras ações devem ser feitas. Um financiamento que induza melhoria da qualidade da atenção primária, que nos permita melhorar nossa execução do orçamento da Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde. É importante, e nós já estamos fazendo essa discussão — concluiu.

Para a representante do Conselho Nacional de Saúde, Francisca Valda da Silva, o Mais Médicos teve êxito em seus objetivos até meados de 2018. Nesse período, avançou o provimento de médicos em municípios de alta vulnerabilidade e o programa ampliou a cobertura da atenção básica à saúde, inclusive para a população indígena. Segundo dados do conselho, foram 63 milhões de brasileiros beneficiados.

Professora do Departamento de Saúde Coletiva da UnB, Leonor Pacheco citou uma pesquisa da universidade que mostra que, em 12 meses de programa, 3.390 médicos foram alocados em municípios onde havia comunidade quilombola certificada, reduzindo de 18% para 2,4% o número de municípios com menos do que 1 médico por mil habitantes na Região Norte. Segundo a pesquisa, muitos usuários declararam que tiveram acesso a uma consulta médica pela primeira vez na vida.

Creches inacabadas poderão ter prioridade de financiamento

Creches com obras inacabadas poderão ter prioridade de financiamento federal. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). O PL 3.971/2019 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que dará a palavra final.

Pela proposta, nas transferências da União aos municípios e ao DF destinadas à construção de estabelecimentos de educação infantil, terão prioridade as obras já iniciadas com apoio financeiro federal. Na justificativa do projeto, o senador Jayme Campos (DEM-MT) destaca que a oferta prioritária da educação infantil, inclusive das creches, é garantida na Constituição. Entre as ações federais, ele destaca o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

“Apesar de muitas escolas terem sido concluídas com os recursos do Proinfância, os resultados foram aquém do planejado, e hoje podem ser vistas em todo o país numerosas obras inacabadas e abandonadas por falta de recursos”, ressalta.

O relator, senador Flávio Arns (Rede-PR), recomendou a aprovação do projeto.

Para o presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), e outros senadores da comissão, a Caixa Econômica Federal, responsável por repasses aos municípios, é uma das responsáveis pelos atrasos em obras de creches. O senador sugeriu que a comissão organize uma audiência para cobrar do governo federal explicações sobre o atual estágio das obras de creches e unidades de educação infantil que contam com recursos federais.

Comissão de Educação vai avaliar Fundeb, que garante verba mínima para escolas

O Fundeb será a política pública avaliada pela Comissão de Educação até o fim do ano. A sugestão partiu do presidente do colegiado, senador Dário Berger (MDB-SC), que escolheu Flávio Arns (Rede-PR) para relatar a análise.

Criado em 1998 para socorrer escolas públicas estaduais e municipais, o Fundeb vigorará só até 2020. O Congresso estuda propostas que garantem a renovação do mecanismo.

Grupo Muda Brasil vai às ruas hoje, anuncia Lasier Martins

Lasier Martins (Podemos-RS) anunciou que integrantes do grupo Muda Brasil vão às ruas hoje, a partir das 14h, para participar de manifestação que reivindicará um Brasil mais limpo, mais transparente e mais honesto. De acordo com ele, os senadores do grupo, criado há pouco mais de três meses, estarão na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

— Esperamos grandes contingentes que se deslocam de várias partes do Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Girão condena onda de ataques por facções criminosas no Ceará

Eduardo Girão (Podemos-CE) prestou solidariedade à população cearense, que sofre com ataques de facções do crime organizado desde sexta-feira. O senador elogiou as ações do governo para reprimir os ataques, afirmando que as medidas precisam ser firmes até o fim.

— Não podemos ceder. Não podemos aliviar o combate ao crime organizado que está dentro dos presídios, levando terror à população do Ceará.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Brasileiros no exterior pedem deputados próprios

Comunidades em vários países, que enviam cerca de R\$ 37 bilhões anuais ao Brasil, pediram em audiência que a Constituição seja alterada para permitir que elejam representantes na Câmara

OS CERCA DE 3,7 milhões de brasileiros que vivem no exterior enviam anualmente US\$ 9 bilhões (cerca de R\$ 37 bilhões) a parentes e empreendimentos no Brasil. O dado foi apresentado por Ester Sanches-Naek, ex-diretora do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, que ontem participou de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A reunião foi conduzida por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Ele disse que apresentará uma proposta de emenda à Constituição para assegurar a esses brasileiros o direito de elegerem deputados federais.

— A tecnologia não para de avançar e creio que em poucos anos o processo eleitoral já estará bem diferente, facilitando a representação. Em grande parte de Minas Gerais, por exemplo, o desenvolvimento econômico é diretamente estimulado por recursos que vêm de brasileiros que moram no Exterior.

Ester, que mora nos EUA, defendeu que a PEC preveja a eleição de quatro deputados. Eles representariam brasilei-

ros que vivem na América do Sul, nos Estados Unidos, na Europa e um último para Ásia e Oceania.

— Movimentamos a economia em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pará, com reflexos em todos os estados.

Jorge Costa, que representa a comunidade de Massachusetts (EUA) e teve casa de câmbio naquele estado, acredita que o número oficial seja apenas uma fração do que é de fato enviado.

— Falo com propriedade sobre isso porque tive lojas de remessas. O Banco Central só capta os repasses que passam de U\$ 10 mil. Entra muito mais que isso, através de repasses menores trazidos por amigos ou parentes, para tratamentos de saúde ou pequenas obras. O BC capta no máximo 50% do que é enviado para o Brasil.

Itamaraty

A diplomata Maria Luiza Ribeiro Lopes, do Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores, deixou claro que a pasta é favorável à representação política dos brasileiros que moram fora. Ela

conduziu em 2018 a expansão dos consulados, em todos os continentes, que organizaram seções eleitorais para que os emigrantes pudessem votar para presidente da República, o único cargo para o qual os emigrados podem votar.

— Hoje as comunidades brasileiras se unem por causas, não por partidos. No Japão, a pauta prioritária é a inclusão educacional; nos EUA, são os problemas migratórios. Estes temas unem a todos, independente das orientações políticas de cada um. A obrigação da filiação partidária deve passar por uma boa reflexão. Uma possibilidade é abrir para que os candidatos representem associações, não partidos.

Custos

O ex-senador Cristovam Buarque lembrou que em 2005 apresentou uma proposta que previa essa eleição (PEC 5/2005). O texto não chegou a ser votado e foi arquivado. Cristovam lembrou que a proposta foi muito atacada na mídia sob o argumento de que aumentaria os custos do Parlamento. Mas, para ele, os custos não são tão altos comparados à estrutura que já serve a 594 parlamentares.

A advogada Marilene Sguarizi, que representa brasileiros que vivem no Paraguai, lembrou que há cerca de 400 mil brasileiros no país vizinho, a segunda maior comunidade atrás apenas dos Estados Unidos. Ela garantiu que a comunidade também apoia a eleição de um representante próprio ao Congresso.



Marcos Oliveira/Agência Senado

André Mendonça e o senador Marcos Rogério, em audiência pública

AGU quer lei para dar segurança jurídica a gestores públicos

O advogado-geral da União, André Luiz Mendonça, defendeu a criação de um marco legal para dar segurança jurídica ao gestor público. Ele falou ontem em audiência pública na Comissão de Infraestrutura.

Mendonça alertou que o Brasil pode passar por um “apagão das canetas”, ou seja, gestores públicos deixarão de decidir por insegurança ou receio de mais tarde terem o ato questionado pelos órgãos de controle.

— Os órgãos de controle têm cada vez mais invadido a análise técnica que cabe ao Poder Executivo.

Para ele, atribuir aos órgãos de controle a análise prévia das decisões para garantir segurança jurídica total aos atos é uma opção respeitável, mas ela não está prevista na Constituição.

— Diante disso, precisamos respeitar a opção do administrador público que decide dentro das regras da Constituição, fundamentado pelo corpo técnico do Executivo e levando em conta a teoria dos motivos determinantes. Depois disso, cabe aos órgãos de controle coibir os desvios de poder, a arbitrariedade, a corrupção e o que fugir ao razoável e ao proporcional.

Concurso

André Mendonça explicou que a Advocacia-Geral da União (AGU) acompanha mais de 19,5 milhões de processos judiciais, sendo mais de 5 milhões apenas na área previdenciária. Para ele, a maioria dos processos poderia ser tratada por analistas judiciários e de contabilidade bem preparados para dar subsídios aos advogados da União.

Isso não acontece porque, segundo Mendonça, não há uma carreira administrativa própria da AGU. Ele pediu que o Congresso aprove lei que regulamente a carreira administrativa do órgão.

— A maior parte dos servidores que lá trabalham foram cedidos na época em que a AGU foi criada e já estão se aposentando.

Segundo Mendonça, nos seis últimos meses a AGU conseguiu garantir R\$ 43 bilhões em investimentos

em infraestrutura a partir da atuação judicial. Esperidião Amin (PP-SC) afirmou que os recursos para o setor no Orçamento para 2020 têm apenas R\$ 19 bilhões (cerca de 0,5%) de fonte própria.

— Só restam ao governo os contratos de concessão e parcerias público-privadas, se quisermos generalizar. E a empresa privada inadimplente num contrato de concessão é inatacável e tem a certeza de que não será molestada.

Infraestrutura

Amin e Rodrigo Cunha (PSDB-AL) reclamaram da lentidão na finalização dos trechos da BR 101 localizados em seus estados.

Fabiano Contarato (Rede-ES) criticou a oferta de blocos de petróleo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na área do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. De acordo com ele, o Ibama seria contrário à exploração.

— Estamos aguardando os dados técnicos para nos manifestar sobre essa ação — explicou André Mendonça.

Energia

O presidente da CI, Marcos Rogério (DEM-RO), criticou a usina hidrelétrica de Belo Monte que, de acordo com ele, não tem viabilidade econômica e, por causa do sistema de fio d’água, deve gerar menos energia que o potencial esperado.

— Um empreendimento inicialmente orçado em R\$ 19 bilhões vai superar R\$ 40 bilhões gerando apenas um terço da energia que tem capacidade, além de ser fonte intermitente. Isso é um crime contra o interesse nacional.

Trânsito

Determinada em agosto pelo presidente Jair Bolsonaro, a suspensão do uso de radares nas estradas federais também foi criticada por Contarato.

— Não sou a favor da indústria de multas, mas também não sou a favor da indústria da morte.

Eduardo Gomes (MDB-TO) saiu na defesa do governo dizendo que, mesmo com os radares fora de uso, o número de acidentes diminuiu.



Autor de PEC sobre o tema, Cristovam fala entre Anastasia e Ester Sanches

CPI vota convocação de executivos de redes sociais

A CPI Mista das Fake News vota hoje 86 requerimentos. São pedidos para a convocação de empresas de internet, marketing e telefonia, e convites a especialistas da área. A relatora, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou 39 requerimentos. O último deles é justamente o plano de trabalho apresentado por ela na última reunião.

O primeiro item da pauta é o pedido de audiência com os executivos do Google, do Facebook e do Twitter, do senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Outra solicitação, da deputada Natália Bonavides (PT-RN), convoca a assessora da Presidência da República Rebecca Félix da Silva Ribeiro, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos

sobre o trabalho de coordenação de mídia e produção de conteúdo publicitário na campanha de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Natália apresentou ainda pedidos de transferência de sigilo e compartilhamento de inquéritos do Ministério Público do Distrito Federal, da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Serão votados também requerimentos de convocação, a pedido da deputada Luizianne Lins (PT-CE), de representantes das empresas de telefonia Nextel, Claro, Oi, Tim e Vivo e de empresas de marketing.

A ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge, o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, a presidente do Tribunal Supe-

rior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, e a ministra da Mulher, Damares Alves, também podem ser convidados, a pedido dos deputados Dr. Leonardo (Solidariedade-MT), Bacelar (Podemos-BA) e Elmar Nascimento (DEM-BA).

Também estão na pauta os pedidos de convites a personalidades públicas que foram ou são recorrentemente atacadas por notícias falsas, entre elas as atrizes Carolina Dieckmann, Giovanna Ewbank e o ator Bruno Gagliasso, a pedido da relatora, além do youtuber Felipe Neto e a ex-deputada Manuela D’Ávila (RS), presenças solicitadas pelo deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE). O senador Humberto Costa (PT-PE) quer ouvir a produtora Paula Lavigne e o cantor Caetano Veloso.

Novo Coaf vai combater lavagem de dinheiro, diz BC

Procurador-geral do órgão, ouvido ontem na comissão mista da medida provisória que cria a Unidade de Inteligência Financeira, ressaltou que a autonomia técnica e operacional da entidade não vai mudar

A TRANSFERÊNCIA DO Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Banco Central (BC) vai aprimorar a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, disse ontem o procurador-geral da instituição, Cristiano Cozer.

Em audiência sobre a Medida Provisória (MP) 893/2019 — que transforma o conselho, hoje ligado ao Ministério da Economia, na Unidade de Inteligência Financeira (UIF), vinculada ao BC — Cozer ressaltou que a proposição mantém a autonomia da unidade, e destacou que o BC já mantém longa expertise em lidar com “dados sensíveis”, que vem a ser o ponto central do organismo que assumiu as funções do Coaf.

O representante do BC afirmou que a UIF terá como atribuições a de produzir inteligência financeira que sirva de subsídio para os órgãos de persecução penal, e de exercer regulação em matéria de prevenção e lavagem de dinheiro de empresas que não tenham regulamento específico.

— A lógica da MP é não mexer nesse tipo de competência, continua a autonomia que o Coaf sempre teve e a UIF continuará a ter. O BC tem quadros técnicos altamente especializados e uma cultura organizacional caracterizada pelo apreço e autonomia, o que se espera que possa contribuir para aprimorar o espírito de autonomia em relação à UIF — afirmou.

Cozer considerou que a MP



Cristiano Cozer, do BC, fala em debate dirigido por José Serra (2º à esq.)

promove avanços institucionais, ao consagrar a atuação da UIF não apenas em matéria de prevenção e lavagem de dinheiro, mas também em matéria de combate ao terrorismo e às armas de destruição em massa; ao caracterizar a UIF como órgão de interlocução institucional com outros órgãos nacionais e estrangeiros que lidam com a matéria; ao atribuir ao Conselho Deliberativo da unidade competência para formular políticas estratégicas; e ao prever a formação de quadros técnicos qualificados e permanentes para a instituição, o que poderá ocorrer por meio de futuros concursos.

Independência

O presidente da Unidade de Inteligência Financeira, Ricardo Lião, destacou que o Coaf já mantinha, desde a origem, a alcunha de “inteligência financeira”, reforçada pela MP.

Subprocuradora-geral da República, Luiza Frischeisen elogiou o trabalho do Coaf e disse ser importante que o órgão surgido a partir de sua

transformação mantenha a independência na elaboração dos relatórios de inteligência, na forma da lei e dos compromissos assumidos pelo Brasil.

Na avaliação do perito criminal Otávio Allemand, da Polícia Federal, deveria haver um período de transição para a vigência da MP, como forma de reforçar a expertise do BC, encarregado da formulação da política monetária, para lidar com informações ligadas à inteligência financeira.

O presidente da comissão mista, senador José Serra (PSDB-SP), avaliou que as transformações podem não contribuir para o aprimoramento das atividades de inteligência financeira.

O relator da MP, deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), contou que tem observado que “a preocupação de todos tem sido com a autonomia e independência da nova unidade de inteligência, para que não haja perseguição e vazamento de informações, e que tenha alguma coisa perene”.

IFI compartilha dados com representantes da OCDE

A Instituição Fiscal Independente (IFI) recebeu ontem a visita de membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) interessados nas projeções do órgão para a economia nacional caso as reformas da Previdência e tributária sejam aprovadas pelo Congresso.

De acordo com o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, esta é a segunda vez que o órgão fornece informações para auxiliar na elaboração do *Economic Survey 2020*, relatório da OCDE sobre a economia brasileira e seus desafios que deve ser publicado no início do ano que vem.

Ainda conforme Salto, os analistas perguntaram sobre o teto de gastos públicos. “Há uma preocupação grande da comitativa da OCDE com a

possibilidade de rompimento do teto e, neste caso, com os resultados dos gatilhos previstos na Emenda Constitucional 95”, informa. Também foram discutidas a situação e os efeitos da dívida pública.

Relatório 2018

Representaram a OCDE na reunião Jens Arnold, chefe da Seção Argentina/Brasil; Robert Grundke, do Departamento de Economia; e Piritta Sorsa, chefe da Divisão de Estudos de Países da OCDE. Em 2017, a IFI recebeu a mesma comitativa e colaborou com a elaboração do relatório final, publicado em fevereiro de 2018, que reconheceu a instituição como fonte credenciada do estudo, usou e citou informações de quatro edições do *Relatório de Acompanhamento Fiscal*.

Felipe Salto disse que “essa

iniciativa é essencial para o momento vivido pelo Brasil, onde olhar para a experiência internacional pode nos ajudar a resolver problemas estruturais que estão impedindo a retomada do crescimento econômico e dificultando a realização do ajuste fiscal”.

O relatório da OCDE é um documento importante que trará comparações com outros países, analisando as decisões tomadas no Brasil e indicando resultados de políticas econômicas, diz Salto.

— Essa avaliação externa é importante para o processo de desenvolvimento do país a curto, médio e longo prazo”.

Além da IFI, a OCDE visita diversos órgãos da área econômica do governo para buscar dados e relatórios que auxiliem na formulação do estudo.

Colegiado aprova indicados ao Cade e nomes vão ao Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatinou e aprovou ontem, por maioria de votos, quatro indicados para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nos próximos quatro anos: a advogada Lenisa Prado, o procurador da Fazenda Sérgio Ravagnani, o especialista em direito tributário Luiz Augusto Hoffmann e o economista Luis Henrique Braidó. Os nomes serão submetidos ao Plenário.

Relator da indicação de Lenisa Prado, Eduardo Braga (MDB-AM) questionou a posição dos candidatos sobre a cobrança do despacho das bagagens por empresas de transporte aéreo. A candidata afirmou que há limitação de competências do Cade, já que o órgão responsável por essa fiscalização é a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Braga e o presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM) defenderam que o Cade deve ter atuação firme junto a todas as entidades que fornecem serviços, na defesa dos cidadãos e no estímulo à livre concorrência.

Jean Paul Prates (PT-RN) comentou a atuação do Cade junto às agências reguladoras,

observando que todas elas se conectam na formação dos preços ao consumidor. O parlamentar alertou para um “uso político do órgão” e aconselhou os candidatos a não aceitar ingerência política sobre a instituição.

Major Olimpio (PSL-SP) quis saber a posição deles sobre a atuação dos cartéis e os critérios para aplicação de multas. Sérgio Ravagnani respondeu que a formação de cartéis é precisa ser combatida com a aplicação do máximo de penalidades.

Wellington Fagundes (PL-MT) questionou os indicados sobre as fusões entre empresas de concessão de crédito, bem como a experiência deles em decisões desse porte.

Luiz Augusto Hoffmann disse ter visão clara de que as relações privadas devem ser observadas à luz dos princípios constitucionais, sempre em defesa do consumidor.

Luis Henrique Braidó ressaltou que as fusões podem ser benéficas, mas ponderou que precisam ser melhor fiscalizadas. Isso porque, apesar de resultar em melhoria dos serviços, a medida reduz a concorrência, podendo prejudicar os consumidores.



Indicações foram aprovadas em reunião presidida por Omar Aziz (C)

Subcomissão sobre gastos públicos promove audiência hoje

A Subcomissão sobre Gastos Públicos e Combate à Corrupção promove hoje às 14h30 sua primeira audiência. O objetivo do encontro é debater o quadro atual da qualidade do gasto público, práticas de governança e as perspectivas da atuação do governo federal.

Foram convidados representantes do Tesouro Nacional, da Secretaria de Orçamento Federal, da Escola Nacional de Administração Pública, da Receita Federal e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O requerimento é da presidente da subcomissão, Mara Gabrilli (PSDB-SP).

O colegiado foi criado para debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção. Além de Mara,

integram a comissão Juíza Selma (Podemos-MT) e Eliziane Gama (Cidadania-MA).

O pedido de criação do colegiado foi feito por Mara, com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC). O prazo final de funcionamento da subcomissão é 22 de dezembro.



Presidente do colegiado, Mara Gabrilli pediu a audiência pública